

Reunião Extraordinária – Ata extraordinária nº01/2019

Data – 25-03-2019

Início – 16.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.45 horas

Presenças:

Presidente Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Luís Filipe Correia Dias
Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires
Rui Manuel Duarte Batista dos Santos
Armindo Rodrigues Silveira

A Chefe da Divisão Administrativa – Catarina Alexandra Justino Santos



O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram dezasseis horas e trinta minutos.

Explicou as razões para a necessidade de realização desta reunião de câmara extraordinária, pedindo desculpa aos vereadores, em particular ao Vereadores Rui Santos e Armindo Silveira, pelo transtorno que possam ter sentido e agradeceu a disponibilidade de ambos

Disse ainda que já solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que fosse marcada uma sessão extraordinária para a discussão deste assunto, em tempo de ser comunicado à Direção Geral das Autarquias Locais.

Salientou que, apesar de o Município de Abrantes, ao contrário de muitos outros, poder contar com os serviços de um Veterinário Municipal, não é comportável assumir as competências que constam do diploma.



Ponto único – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara relativa à proposição de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, concretizada pelo Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de

janeiro, considerando que, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 21º, prevê-se um prazo de 60 dias, que termina no próximo dia 01 de abril de 2019, para os Municípios se pronunciarem, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, no sentido de declinarem essa transferência de competências.

Em anexo, informação da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo relativa ao assunto que:

- Destaca as implicações que esta transferência de competências acarreta para os Municípios em termos de proteção e saúde animal (animais de companhia e animais de produção) e segurança dos alimentos;
- Salaria que este diploma não parece tratar-se de uma verdadeira transferência de competências, mas sim de uma mera delegação, pois a Autoridade Veterinária Nacional, ou seja, a DGAV, continuará a condicionar o funcionamento dos Municípios nestas matérias, continuando a dirigir e até a estatuir, transferindo, outrossim, apenas os custos financeiros, administrativos, pessoais e políticos resultantes do seu determinismo pela transferência não apenas de competências mas de custos e de ónus para os Municípios, que assumirão a responsabilidade por atuações e intervenções muitas delas impossíveis de concretizar, pelo menos com os meios e recursos atualmente disponíveis.
- Lembra que este diploma determinará não apenas enormes responsabilidades e custos para os Municípios, mas determinará uma pressão sobre o Presidente da Câmara, como decisor, nomeadamente no que se refere à fiscalização e aos regimes sancionatório e coercivo a aplicar.
- Informa os municípios sobre a pertinência dos mesmos se pronunciarem no sentido de, eventualmente, não exercerem as competências previstas do Decreto-Lei nº 20/2019 de 30 de janeiro, comunicando essa decisão à Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor deste Decreto-Lei nº 20/2019 de 30 de janeiro, cujo prazo termina dia 01 de abril de 2019.

Deliberação: considerando e corroborando os argumentos expostos na informação da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Câmara Municipal, por unanimidade, assume que não estão reunidas as necessárias condições para a aceitação e exercício das competências previstas no Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro.

No exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal que, considerando a faculdade prevista no artigo 21º do Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei nº 50/2018, de 16 de agosto) delibere não aceitar a transferência de competências previstas no Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, comunicando-se este facto à Direção Geral das Autarquias Locais.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que imediatamente se aprovou.

A Chefe da Divisão Administrativa a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

